

Hector Cury Soares

**DIREITO À
SAÚDE E
ORÇAMENTO
PÚBLICO**



**Limites à
justiciabilidade**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Hector Cury Soares

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S676d

Soares, Hector Cury
Direito à saúde e orçamento público : limites à justiciabilidade / Hector
Cury Soares. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.
224 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 189-212.

ISBN 978-65-5510-560-5

1. Direitos fundamentais. 2. Direito à saúde. 3. Direito constitucional.
4. Saúde - Legislação - Brasil. 5. Judicialização. I. Título.

CDD 342.8104

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	1
1 Apresentação	3
1.1 Objeto e importância.....	3
1.2 Método	6
1.3 Plano.....	7
2 A Exigibilidade do Direito à Saúde na Constituição Federal de 1988	11
2.1 Considerações preliminares.....	11
2.2 Fundamentos dogmático-materiais da exigibilidade do direito à saúde.....	12
2.2.1 Direito à saúde como direito fundamental.....	12
2.2.2 A aplicabilidade imediata do direito à saúde	18
2.2.3 A dimensão subjetiva do direito à saúde	26
2.2.4 A titularidade do direito à saúde	35
2.2.5 A dimensão objetiva do direito à saúde.....	43
2.2.6 O direito prestacional à saúde como política pública de saúde.....	49
2.3 Fundamentos dogmático-formais da exigibilidade do direito à saúde.....	57
2.3.1 A inafastabilidade da tutela jurisdicional.....	57
2.3.2 A justiciabilidade do direito à saúde e o princípio da separação dos poderes	63
2.4 Conclusões parciais.....	69
3 Os Reflexos Orçamentários da Exigibilidade do Direito à Saúde na Constituição Federal de 1988	71
3.1 Considerações preliminares.....	71

3.2 Alocação de recursos para a efetivação do direito prestacional à saúde	73
3.2.1 As decisões orçamentárias como forma de implementação do direito à saúde.....	73
3.2.2 Escassez dos recursos financeiros.....	79
3.3 Autorização e vinculação orçamentária do direito à saúde.....	88
3.3.1 A previsão de gastos obrigatórios na saúde	88
3.3.2 A autorização de despesa para prestações em saúde.....	95
3.3.3 Orçamento Impositivo como a solução para a escassez?.....	102
3.3.4 O alcance do controle judicial do orçamento.....	104
3.4 Impacto orçamentário das decisões judiciais (<i>efeito multiplicador</i>).....	107
3.5 O alcance do acesso universal e igualitário do direito à saúde diante do Orçamento Público	113
3.5.1 O significado do acesso universal	113
3.5.2 O significado do acesso igualitário.....	120
3.5 Conclusões Parciais.....	126
4 Critérios para a Intervenção Jurisdicional na Exigibilidade do Direito Prestacional à Saúde	129
4.1 Considerações preliminares	129
4.2 Critérios de exigibilidade imediata	131
4.2.1 Omissão absoluta (total) em matéria de políticas públicas de saúde.....	131
4.2.2 Não cumprimento de prestações previstas em políticas públicas de saúde	138
4.3 Critérios de exigibilidade mediata	144
4.3.1 Prestações alternativas (omissão parcial)	144
4.3.1.1 Aplicação de juízo técnico	144
4.3.1.2 Aplicação do Mínimo Existencial	151
4.3.1.3 Aplicação da Reserva do Possível	159
4.3.2 Alteração das prestações estatais	169

4.3.2.1 Aplicação da obrigação de progressividade das prestações	169
4.4 Conclusões parciais	176
5 Conclusões	179
6 Referências Bibliográficas	189